



**FENAPEF**  
FEDERAÇÃO NACIONAL  
DOS POLICIAIS FEDERAIS

## **RESUMO SEMANAL LEGISLATIVO #14**

Semana de 03 a 07 de Maio

### **Executivo**

**Novas Leis:** Sancionadas as Leis 14.148 (medidas emergenciais para o setor de eventos) e 14.149 (Formulário de Avaliação de Risco para mulheres vítimas de violência). Ainda, foi publicada a LC 181/21 (uso de saldos de fundos de saúde por estados e municípios). Já o PL 639/21 (novo prazo para entrega de declaração do IR) foi vetado totalmente.

**Contratações públicas:** Editada a MP 1047/21 que reestabelece regras mais flexíveis para as compras de bens e contratação de serviços voltados ao combate à covid-19. A maior parte das medidas constava nas Leis 13.979/20 e 14.065/20, cujo período de vigência expirou em 31/12/20. Agora, a MP será analisada agora pela Câmara e pelo Senado.

**Programa Wi-Fi Brasil e 5G:** Na abertura oficial da Semana Nacional das Comunicações, foi anunciado o Programa Wi-Fi Brasil, que tem por objetivo a ampliação de pontos de internet gratuita a localidades remotas do país. Durante a cerimônia, Bolsonaro mencionou a iminência de um novo decreto para regulamentar o Marco Civil da Internet, como forma de assegurar a liberdade de comunicação. Após, o Presidente e ministros seguiram para o Salão Negro, no Congresso, para a exposição do Digital Day, que traz exemplos práticos de aplicações e da capacidade de transmissão de informação que o 5G oferece. Há uma previsão de que ocorra

o leilão para prestação da tecnologia ainda este ano. Na Câmara, o tema vem sendo debatido desde 2020 por um grupo de trabalho comandado pela Dep. Perpétua Almeida (PCdoB/AC).

### **Legislativo**

**Plenário CD:** Com o encerramento da sessão do Congresso que analisaria vetos e o PLN 4/21 (recomposição do Orçamento) por falta de acordo entre os líderes, deputados analisaram na terça (4) o PL 2462/91 (crimes contra o Estado Democrático de Direito). O Psol foi o único partido da oposição que orientou contra o texto-base, que também teve obstrução do PSL. A matéria, no entanto, foi aprovada na forma do substitutivo apresentado pela relatora, Dep. Margarete Coelho (PP/PI), e segue para o Senado. Na quarta (05) foram aprovadas as MPs 1012 (Plano Nacional de Cultura) e 1014 (organização da PCDF); o PL 1561/20 (Loteria da Saúde e Turismo) e o PL 4139/20 (Pronampe como política), que vão ao Senado. Na quinta (06) foi aprovado o PL 886/21 (pedágio), que vai à sanção, e os PLs 3292/20 (compra de leite para merenda escolar) e 598/19 (prevenção da violência contra a mulher), que seguem para o Senado.

**Comissões:** Durante a semana, a CCJC aprovou a PEC 5/21 (composição do CNMP) e rejeitou o PL 4754/16 (possibilidade de impeachment de ministros do STF que



**MOREIRA &  
GREGÓRIO**  
CONSULTORIA  
POLÍTICA

Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF  
Desenvolvido pela Moreira & Gregório Consultoria Política.

Condomínio Privê Morada Sul, Conjunto 17, casa 03 – Lago Sul – (61) 98126-3938

Rua da República nº 202, Centro Comercial Foz Center, loja 08, Figueira da Foz – Distrito de Coimbra – Portugal – (+351) 91385-7955

usurpem competência do Congresso). Já outros colegiados receberam ministros de Estado para audiências. CMADS e CVT realizaram reunião conjunta para ouvir o Min. Ricardo Salles. A CAPADR recebeu a Min. Tereza Cristina. CE, CFT, CSSF e CTASP ouviram o Min. Paulo Guedes. Já a CREDN recebeu o Min. Braga Netto. Ainda, foi instalada a comissão especial para analisar a PEC 125/11 (eleições marcadas próximas a feriado). O colegiado, no entanto, deverá discutir regras das eleições de 2022. Os temas poderão ser tratados também quando da análise da PEC 135/19, sobre voto impresso. Na terça (4), Lira (PP/AL) determinou a criação de comissão especial para discutir a proposta.

**Reforma Tributária:** O relator da Comissão Mista da Reforma Tributária, Dep. Aguinaldo Ribeiro (PP/PB), apresentou seu relatório sobre as três propostas em andamento no Congresso (PECs 45/19 e 110/19 e PL 3887/20). O principal ponto de seu parecer é substituição de tributos como PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), e a criação do Imposto Seletivo. Após a leitura do relatório, Lira (PP/AL) determinou o fim da comissão especial da Câmara que analisava a PEC 45/19. De acordo com despacho, o prazo do colegiado para análise da proposta se esgotou e, assim, a matéria seguirá diretamente ao Plenário da Casa, onde poderá ser designado novo relator. Durante a sessão no Senado, Pacheco (DEM/MG) informou aos senadores que a comissão mista não havia sido extinta, bem como estaria perto de concluir seus trabalhos.

**Plenário SF:** Na quarta (05), os senadores aprovaram os PLs 1169/21 (regulamentação do conselho consultivo de saúde) e 1133/21 (FIES), que vão à Câmara, e o substitutivo da Câmara ao PL 4554/20 (crimes cibernéticos), que segue para sanção. Já na quinta (06) aprovaram os PLs 4692/19 (prioridade ao acesso à moradia) e 4209/19 (medicamentos com IFA nacional como prioritários), que seguem para a Câmara; e o PLV 5/21 oriundo da MP 1012 (Plano Nacional de Cultura) que vai à sanção.

**CPI da Pandemia:** Iniciada essa semana as primeiras oitivas da CPI. Na terça foi ouvido o ex-Min. Luiz Henrique Mandetta, que deixou a pasta da Saúde no início da crise pandêmica no país. Mandetta colocou as ações tomadas pelo governo no início da pandemia. Na quarta foi marcado o depoimento do ex-ministro Pazuello, que acabou sendo adiado visto a possibilidade de o general estar com covid-19. Assim, foi realizada a oitiva do também ex-ministro Nelson Teich, que colocou sobre divergências com Bolsonaro e medidas no combate à pandemia. Na quinta, foi ouvido o atual chefe do cargo, Marcelo Queiroga, que tratou de distanciamento social e vacinação.

### Judiciário

**Plenário STF:** Por maioria, o Plenário do Supremo invalidou dispositivo da Lei de propriedade industrial que prorroga prazo de patente em razão da demora do INPI. A modulação dos efeitos, no entanto, será decidida na próxima semana.



**FENAPEF**  
FEDERAÇÃO NACIONAL  
DOS POLICIAIS FEDERAIS

## DESTAQUES LEGISLATIVOS

- ❖ O Plenário da Câmara **aprovou**, em 04/05, o **PL 2462/91**, do ex-Dep. Hélio Bicudo (PT/SP), que **define os crimes contra o Estado Democrático de Direito e a Humanidade**. O texto final foi a **subemenda substitutiva global** proposta pela relatora Dep. Margarete Coelho (PP/PI). Assim, a matéria vai ao Senado.
- ❖ Nesta terça-feira (04) foi **realizada sessão do Congresso Nacional**. Porém, o Presidente, Sen. Rodrigo Pacheco (DEM/MG), informou que foi realizada reunião entre os líderes do Congresso e que estes **não chegaram a uma definição sobre a pauta**. Por esse motivo, **nova reunião** entre os líderes **será marcada** com vistas à construção de um acordo. Com isso, a sessão foi encerrada sem votações. Constavam na pauta 10 vetos, dentre eles o **VET 4/21: Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal** e o **Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal**; o **VET 11/21: Regras e instrumentos para o Governo Digital** e para o aumento da eficiência pública; e o **VET 13/21: Lei de Licitações e Contratos Administrativos**.
- ❖ O Plenário do Senado **aprovou** na quarta (05), o **substitutivo da Câmara ao PL 4554/20**, do Sen. Izalci Lucas (PSDB/DF), que **altera o Código Penal, para tornar mais graves os crimes de violação de dispositivo informático, furto e estelionato cometidos de forma eletrônica ou pela internet, e o Código de Processo Penal, para definir a competência em modalidades de estelionato**. O **parecer** do relator, Sen. Rodrigo Cunha (PSDB/AL) foi **favorável ao substitutivo** oferecido pelos deputados e, com isso, a matéria vai à sanção.
- ❖ Em 05/05, o **Dep. André Figueiredo** foi designado **relator do PDL 394/20** na CTASP. O projeto é de autoria do Dep. Alessandro Molon (PSB/RJ) e **susta os efeitos do Decreto 10.747/20, que aprova a estrutura regimental da ANPD**. A matéria ainda **deverá passar pela CCJC e Plenário**.
- ❖ Em reunião da CSPCCO na quarta (05) foi **retirado de pauta o PDL 162/20**, do Dep. Marcelo Freixo (PSOL/RJ), que **susta a Portaria 1634/20, que trata da aquisição de munições**. O PDL conta com **parecer** pela **rejeição** oferecido pelo relator Dep. Delegado Antônio Furtado (PSL/RJ). A matéria **deverá tramitar** ainda na **CREDN e CCJC**. O PDL está sujeito à apreciação do Plenário.
- ❖ A **Dep. Chris Tonietto (PSL/RJ)** ofereceu, em 06/05, **parecer** pela **admissibilidade da PEC 159/19** na CCJC. A proposta, de autoria da Dep. Bia Kicis (PSL/DF), **fixa em 70 anos a idade para aposentadoria compulsória dos servidores públicos**. Caso seja aprovada, o mérito da proposta **deverá ser apreciado em Comissão Especial**.
- ❖ Nesta quinta (06), o **Dep. Alexandre Leite (DEM/SP)** foi designado **relator do PL 556/21** na CSPCCO. O projeto, do Dep. Vitor Hugo (PSL/GO), que **altera a tabela de taxas aplicáveis ao registro de arma de fogo e renovação de certificação de registro de arma de fogo**. Ainda, o PL **deverá tramitar** na **CFT e CCJC** e poderá ir ao Senado caso seja aprovado em todas as comissões.



**FENAPEF**  
FEDERAÇÃO NACIONAL  
DOS POLICIAIS FEDERAIS

- ❖ Em 07/05 o **Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, Luís Antônio de Araújo Boudens**, participou de audiência pública promovida pela CCJC para discutir a admissibilidade da **PEC 32/20**, que trata da **Reforma Administrativa**. A Federação apoia a emenda apresentada pelo Dep. Nicoletti (PSL/RR), que propõe criar, no âmbito da Constituição, um regime jurídico para os policiais civis semelhante ao dos policiais militares, mas que seja específico para os policiais civis, por conta das características diferenciadas das carreiras de segurança pública.

//

### NOVAS PROPOSIÇÕES

CÂMARA DOS DEPUTADOS		
Proposição	Autor	Descrição
<a href="#">PL 1658/2021</a>	Deputado Rafafá (PSDB/PB)	Reserva às pessoas com mais de quarenta anos 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista.
<a href="#">PL 1682/2021</a>	Deputado Juninho do Pneu (DEM/RJ)	Dispõe sobre a utilização pela polícia em operações de equipamentos apreendidos.
<a href="#">PL 1742/2021</a>	Deputado Delegado Waldir (PSL/GO)	Autoriza o Poder Executivo a criar o programa de benefícios - Programa Apoio aos Profissionais de Segurança Pública.
<a href="#">PDL 184/2021</a>	Deputado Kim Kataguiri (DEM/SP)	Susta a Portaria SGP/SEDGG/ME nº 4.975, de 29 de abril de 2021, que "Dispõe sobre os procedimentos para a aplicação do limite remuneratório de que tratam o inciso XI e o § 10 do art. 37 da Constituição Federal sobre a remuneração, provento ou pensão percebidos cumulativamente por servidor, empregado ou militar, aposentado, inativo ou beneficiário de pensão e demais providências".
<a href="#">PDL 185/2021</a>	Deputado Gustavo Fruet (PDT/PR)	Susta os efeitos da Portaria nº 4.975, de 29 de abril de 2021, do Ministério da Economia, que "Dispõe sobre os procedimentos para a aplicação do limite remuneratório de que tratam o inciso XI e o § 10 do art. 37 da Constituição Federal sobre a remuneração, provento ou pensão percebidos cumulativamente por servidor, empregado ou militar, aposentado, inativo ou beneficiário de pensão e demais providências".
<a href="#">PDL 186/2021</a>	Deputado Rubens Bueno (CID./PR)	Susta a Portaria nº 4.975/SGP/SEDGG/ME, de 29 de abril de 2021, que estabelece procedimentos para a aplicação do limite remuneratório de que tratam o inciso XI e o § 10 do art. 37 da Constituição Federal sobre a remuneração, provento ou pensão percebidos cumulativamente por servidor, empregado ou militar, aposentado, inativo ou beneficiário de pensão.
<a href="#">PDL 187/2021</a>	Deputado Aliel Machado (PSB/PR)	Susta a Portaria nº 4.975, de 29 de abril de 2021, do Ministério da Economia, que Dispõe sobre os procedimentos para a aplicação do limite remuneratório de que tratam o inciso XI e o § 10 do art. 37 da Constituição Federal sobre a remuneração, provento ou pensão percebidos cumulativamente por servidor, empregado ou militar, aposentado, inativo ou beneficiário de pensão e demais providências.
<a href="#">PDL 188/2021</a>	Deputados Tabata Amaral (PDT/SP) e Felipe Rigoni (PSB/ES)	Susta os efeitos da Portaria nº 4.975, de 29 de abril de 2021, que dispõe sobre os procedimentos para a aplicação do limite remuneratório de que tratam o inciso XI e o § 10 do art. 37 da Constituição Federal sobre a remuneração, provento ou pensão percebidos cumulativamente por servidor, empregado ou militar, aposentado, inativo ou beneficiário de pensão e demais providências.



**MOREIRA &  
GREGÓRIO**  
CONSULTORIA  
POLÍTICA

Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF  
Desenvolvido pela Moreira & Gregório Consultoria Política.

Condomínio Privê Morada Sul, Conjunto 17, casa 03 – Lago Sul – (61) 98126-3938

Rua da República nº 202, Centro Comercial Foz Center, loja 08, Figueira da Foz – Distrito de Coimbra – Portugal – (+351) 91385-7955



**FENAPEF**  
FEDERAÇÃO NACIONAL  
DOS POLICIAIS FEDERAIS

<u>PDL 189/2021</u>	Deputado Marcel van Hattem (NOVO/RS) e outros	Susta os efeitos da Portaria SGP/SEDGG/ME N° 4.975, de 29 de abril de 2021, que "Dispõe sobre os procedimentos para a aplicação do limite remuneratório de que tratam o inciso XI e o § 10 do art. 37 da Constituição Federal sobre a remuneração, provento ou pensão percebidos cumulativamente por servidor, empregado ou militar, aposentado, inativo ou beneficiário de pensão e demais providências".
<u>REQ 104/2021</u> <u>CCJC</u>	Deputado Fábio Trad (PSD/MS)	Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para tratar sobre a Proposta de Emenda à Constituição n° 423, de 2014, que altera dispositivos da Constituição Federal para permitir à União e aos Estados a criação de polícia única e dá outras providências.
<u>REQ 106/2021</u> <u>CCJC</u>	Deputado Fernanda Melchionna (PSOL/RS) e outros	Requer a convocação do Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Anderson Torres, no âmbito desta Comissão, para prestar esclarecimentos sobre informações relativas à atuação da Polícia Federal na perseguição de opositores ao Governo Federal.
<u>RIC 567/2021</u>	Deputado Capitão Alberto Neto (REP./AM)	Requer do Excelentíssimo Ministro da Economia, Senhor Paulo Guedes, informações sobre a antecipação da primeira parcela do 13° salário de aposentados e pensionistas.
<u>INC 559/2021</u>	Deputado Vítor Hugo (PSL/GO)	Requer o envio de Indicação ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, para sugerir a criação do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Criminalidade Organizada.

//

#### SENADO FEDERAL

Proposição	Autor	Descrição
<u>PL 1674/2021</u>	Senador Carlos Portinho (PL/RJ)	Cria o Passaporte Nacional de Imunização e Segurança Sanitária (PSS).
<u>RQS 1464/2021</u>	Senador Paulo Rocha (PT/PA)	Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Anderson Gustavo Torres, informações sobre ações do Ministério da Justiça e Segurança Pública, da Fundação Nacional do Índio e do Departamento de Polícia Federal, isoladamente ou em conjunto, inclusive com o Ministério da Defesa e forças policiais estaduais, para prevenir, identificar, reprimir e sancionar a atividade de madeireiros, garimpeiros e agricultores em terras indígenas já homologadas ou em processo de identificação e demarcação.

//

### RESULTADO DAS DELIBERAÇÕES

#### PLENÁRIOS

#### CÂMARA DOS DEPUTADOS

Resultado	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
Aprovado. A matéria vai ao Senado	<u>MPV</u> <u>1014/2020</u>	Poder Executivo	Dispõe sobre a organização básica da Polícia Civil do Distrito Federal.	Deputado Luis Miranda (DEM/DF)	<u>Favorável</u> <u>na forma</u> <u>do PLV</u>	<b>Plenário</b>



**MOREIRA &  
GREGÓRIO**  
CONSULTORIA  
POLÍTICA

Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF  
Desenvolvido pela Moreira & Gregório Consultoria Política.

Condomínio Privê Morada Sul, Conjunto 17, casa 03 – Lago Sul – (61) 98126-3938  
Rua da República nº 202, Centro Comercial Foz Center, loja 08, Figueira da Foz – Distrito de Coimbra – Portugal – (+351) 91385-7955



**FENAPEF**  
FEDERAÇÃO NACIONAL  
DOS POLICIAIS FEDERAIS

Não deliberado	PL <u>3515/2015</u>	Senado Federal – José Sarney (MDB/AP)	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e o art. 96 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção e o tratamento do superendividamento.	Deputado Franco Cartafina (PP/MG)	<u>Favorável com substitutivo</u>	<b>CESP, Plenário</b>
Aprovado. A matéria vai ao Senado	PL <u>2462/1991</u>	Deputado Helio Bicudo (PT/SP)	Define os crimes contra o Estado Democrático de Direito e a Humanidade.	Deputada Margarete Coelho (PP/PI)	<u>Favorável com substitutivo</u>	<b>CSPCCO, CREDN, CDHM, CCJC, Plenário</b>

//

#### SENADO FEDERAL

Resultado	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
Aprovado. A matéria vai à sanção	<u>Substitutivo da Câmara ao PL 4554/2020</u>	Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)	Altera o Código Penal, para tornar mais graves os crimes de violação de dispositivo informático, furto e estelionato cometidos de forma eletrônica ou pela internet, e o Código de Processo Penal, para definir a competência em modalidades de estelionato.	Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)	<u>Favorável</u>	<b>Plenário</b>

//

#### CONGRESSO NACIONAL

Resultado	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
Não deliberado	<u>VET 04/2021</u>	Presidência da República	Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei Complementar nº 101, de 2020, que "Estabelece o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal e o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Lei nº 12.348, de 15 de dezembro de 2010, a Lei nº 12.649, de 17 de maio de 2012, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências".	-	-	<b>Plenário</b>



**MOREIRA & GREGÓRIO**  
CONSULTORIA  
POLÍTICA

Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF  
Desenvolvido pela Moreira & Gregório Consultoria Política.

Condomínio Privê Morada Sul, Conjunto 17, casa 03 – Lago Sul – (61) 98126-3938  
Rua da República nº 202, Centro Comercial Foz Center, loja 08, Figueira da Foz – Distrito de Coimbra – Portugal – (+351) 91385-7955



**FENAPEF**  
FEDERAÇÃO NACIONAL  
DOS POLICIAIS FEDERAIS

Não deliberado	<u>VET</u> <u>11/2021</u>	Presidência da República	Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei nº 317, de 2021 (nº 7.843/2017, na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017".	-	-	<b>Plenário</b>
Não deliberado	<u>VET</u> <u>13/2021</u>	Presidência da República	Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 559 de 2013 (nº 6.814/2017, na Câmara dos Deputados, e devolvido ao Senado como PL nº 4.253/2020), que institui a "Lei de Licitações e Contratos Administrativos".	-	-	<b>Plenário</b>

//

## **RESULTADO DAS DELIBERAÇÕES**

### **COMISSÕES**

Segunda-Feira (03/05)

#### **CESP PL 8045/10 – CÓDIGO DE PROCESSO PENAL | Anexo II, Plenário 14, 09h00**

Realizada reunião técnica da comissão especial para realizar debates sobre o tema "Direitos da vítima e justiça restaurativa".

Estiveram presentes os seguintes convidados: Pedro Ivo de Sousa, Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Lúcia Helena Silva Barros de Oliveira, Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos – ANADEP; Elias Miler da Silva, Federação Nacional das Entidades de Oficiais Militares PM e CBM – FENEME; Vladimir Aras, Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Marcelo Salmaso, Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB; Eduardo Kassuga, Associação Nacional dos Defensores Públicos da União – ANADEP; e Juiz Federal Walter Nunes da Silva, Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE.

//

#### **CSPCCO – SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO | Anexo II, Plenário 06, 13h00**



Realizada audiência pública para tratar de questões relacionadas ao art. 144 da CF.

Estiveram presentes os seguintes convidados: André Luiz Gutierrez, Presidente Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Cíveis – COBRAPOL; Edgard Estevo, Presidente Conselho Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil – LIGABOM; Elias Miler, Diretor de Assuntos Legislativos Federação Nacional das Entidades de Oficiais Militares Estaduais – FENEME; Marcelo Azevedo, Vice-presidente Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – FENAPRF; **Flávio Werneck Meneguelli, Diretor Jurídico da Federação Nacional dos Policiais Federais - FENAPEF**; Heder Martins De Oliveira, Presidente Federação Nacional de Praças – ANASPRA; Leonardo Affonso Dantas Dos Santos, Presidente Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Rio de Janeiro - SINDELPOL/RJ; Márcia Bezerra De Menezes Machado, Presidente Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado do Rio de Janeiro - SINDPOL/RJ; e Rodolfo Laterza, Presidente Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL BRASIL.



**FENAPEF**  
FEDERAÇÃO NACIONAL  
DOS POLICIAIS FEDERAIS

//

**CESP PL 8045/10 – CÓDIGO DE PROCESSO PENAL | Anexo II, Plenário 14, 13h30**

Realizada reunião técnica da comissão especial para realizar debates sobre o tema “Competência, atos processuais e nulidades”.

Estiveram presentes os seguintes convidados: Daniel Bomfim, Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB; André Glitz, Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Douglas Fischer, Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Eduardo Kassuga, Associação Nacional dos Defensores Públicos da União – ANADEF; Lara Tortola, Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos – ANADEP; Rodolfo Queiroz Laterza, Associação dos Delegados de Polícia do Brasil - ADEPOL-BR; Marcos Camargo, Associação Nacional dos Peritos Criminais – APCF; e Juiz Federal Walter Nunes da Silva, Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE.

//

**CCJC – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA | Anexo II, Plenário 01, 14h00**

Realizada audiência pública para debater a admissibilidade da PEC 32/2020.

Estiveram presentes os seguintes convidados: **Edvandir Felix de Paiva, Delegado de Polícia Federal e Presidente da ADPF - Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal**; Elena Garrido, Advogada e consultora jurídica da CNM - Confederação Nacional de Municípios; Carlos Fernando da Silva Filho, Vice-Presidente do SINAIT; José Celso Pereira Cardoso Júnior, Presidente da AFIPEA - Associação Nacional dos Servidores do IPEA; Ademar Batista Pereira, Presidente da FENEP - Federação Nacional das Escolas Particulares; Thiago Duarte Gonçalves, Coordenador de Formação e Organização Sindical da FENAJUFE - Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União; e Bob Everson Carvalho Machado, Presidente do SINAIT - Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho.

//

Terça-Feira (04/05)

**CESP PL 8045/10 – CÓDIGO DE PROCESSO PENAL | Anexo II, Plenário 09, 09h00**

Realizada reunião técnica da comissão especial para realizar debates sobre o tema “prova e ações de impugnação”.

Estiveram presentes os seguintes convidados: Rivana Ricarte, Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos – ANADEP; Anie Rampon Barretto, Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil – CONCPC; Gustavo Noronha de Ávila, Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCrim; Juiz Federal Walter Nunes da Silva, Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE; Elias Miler da Silva, Federação Nacional das Entidades de Oficiais Militares PM e CBM – FENEME; Daniel Gustavo Bomfim, Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB; Lilian Stein, Instituto Baiano de Direito Processual Penal – IBADPP; Eduardo Kassuga, Associação Nacional dos Defensores Públicos da União – ANADEF; Bruno Calabrich, Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Marcos Camargo, Associação Nacional dos Peritos Criminais – APCF; Sauveí Lai, Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; e Rodolfo Queiroz Laterza, Associação dos Delegados de Polícia do Brasil - ADEPOL-BR.

//

**CTASP – TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO | Anexo II, Plenário 12, 09h30**

Resultado	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
Aprovado	<u>REQ 30/2021</u>	Deputada Erika Kokay (PT/DF)	Requer o aditamento do Requerimento n.26/2021, para a inclusão de convidado (Presidente ADPF).	-	-	CTASP



Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF  
Desenvolvido pela Moreira & Gregório Consultoria Política.

Condomínio Privê Morada Sul, Conjunto 17, casa 03 – Lago Sul – (61) 98126-3938  
Rua da República nº 202, Centro Comercial Foz Center, loja 08, Figueira da Foz – Distrito de Coimbra – Portugal – (+351) 91385-7955





**FENAPEF**  
FEDERAÇÃO NACIONAL  
DOS POLICIAIS FEDERAIS

Aprovado	<u>REQ</u> <u>37/2021</u>	Deputado Paulo Ramos (PDT/RJ)	Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater as ações de fiscalização ambiental empregadas pela Polícia Federal e pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) no Estado do Amazonas.	-	-	<b>CTASP</b>
Não deliberado	<u>PDL</u> <u>615/2019</u>	Deputado Mário Heringer (PDT/MG)	Susta os efeitos da Instrução Normativa nº 2, de 27 de agosto de 2019, do Ministério da Economia, que "Dispõe sobre critérios e procedimentos gerais para autorização de concursos públicos e de provimento de cargos públicos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências".	Deputado André Figueiredo (PDT/CE)	<u>Favorável</u>	<b>CTASP, CFT, CCJC, Plenário</b>
Não deliberado	<u>PL</u> <u>7502/2014</u>	Deputado Rubens Bueno (CID./PR)	Regulamenta o § 1º do art. 37 da Constituição Federal, para estabelecer limites de gastos para a publicidade de órgãos e entidades públicas, sanções nos casos de sua violação, e divulgação dos gastos em meio oficial.	Deputado Kim Kataguiri (DEM/SP)	<u>Favorável</u> <u>com</u> <u>substitutivo</u>	<b>CTASP, CFT, CCJC, Plenário</b>

//

### CFT – FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO | Anexo II, Plenário 02, 10h00

Realizada audiência pública conjunta entre a CFT, CE, CSSF e CTASP com o comparecimento do Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes.

//

### CPI DA PANDEMIA | Anexo II, Plenário 03, 10h00

Realizada oitiva com o ex-Ministro da Saúde, Luis Henrique Mandetta.

//

### CCJC – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA | Anexo II, Plenário 01, 13h00

Resultado	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
Não deliberado	<u>PL</u> <u>7885/2014</u>	Deputado Subtenente Gonzaga (PDT/MG)	Altera a Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, para regulamentar a perda de cargo ou função, no caso de tortura praticada por integrante de órgão de segurança pública.	Deputado Coronel Tadeu (PSL/SP)	<u>Favorável</u> <u>com</u> <u>substitutivo</u>	<b>CSPCCO, CCJC</b>



**FENAPEF**  
FEDERAÇÃO NACIONAL  
DOS POLICIAIS FEDERAIS

Não deliberado	<u>PL</u> <u>1596/2019</u>	Deputado Major Vitor Hugo (PSL/GO)	Acrescenta o §3º ao art. 132 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para estabelecer que compete ao oficial de liberdade condicional acompanhar o cumprimento das condições impostas ao beneficiário do instituto do livramento condicional.	Delegado Marcelo Freitas (PSL/MS)	<u>Favorável</u>	<b>CCJC</b>
Não deliberado	<u>PL</u> <u>3705/2019</u>	Deputado Lucas Redecker (PSDB/RS)	Cria o Cadastro Nacional da Persecução Penal – CNPP.	Deputado Kim Kataguirí (DEM/SP)	<u>Favorável</u>	<b>CSPCCO, CCJC</b>

//

### CESP PL 8045/10 – CÓDIGO DE PROCESSO PENAL | Anexo II, Plenário 09, 13h30

Realizada reunião técnica da comissão especial para realizar debates sobre o tema “tribunal de júri”.

Estiveram presentes os seguintes convidados: Danniell Bomfim, Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB; Juiz Federal Walter Nunes da Silva - Coordenador da Comissão de Reforma do Código de Processo Penal – AJUFE; Gustavo Torres Soares - Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Dr. Manoel Murrieta - Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Eduardo Kassuga - Defensoria Pública da União-DPU e Associação Nacional dos Defensores Públicos da União – ANADEF; Rodolfo Queiroz Laterza - Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil - ADEPOL-BR; Flávia Pinheiro Fróes - Presidente do Instituto Anjos da Liberdade; Elias Miler da Silva - Federação Nacional das Entidades de Oficiais Militares PM e CBM – FENEME; Dr. Rômulo Luis Veloso de Carvalho – DPE/MG, Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos – ANADEP; e Juiz Carlos Alberto Garcete – Professor do Instituto de Direito Processual.

//

### CLP – LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA | Anexo II, Plenário 05, 13h30

Resultado	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
Não deliberado	<u>SUG</u> <u>171/2018</u>	ANADIPS	Sugere projeto de lei, que "altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para tipificar como crime de responsabilidade a omissão no envio ao Poder Legislativo da proposta de revisão geral anual da remuneração e do subsídio dos agentes dos públicos".	Deputado Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>Favorável</u> <u>na forma do</u> <u>PL</u>	<b>CLP</b>

//

Quarta-Feira (05/05)



**FENAPEF**  
FEDERAÇÃO NACIONAL  
DOS POLICIAIS FEDERAIS

**CCTCI – CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA | Anexo II, Plenário 13, 09h00**

Resultado	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
Aprovado	<u>REQ 41/2021</u>	Deputado Julio Cesar Ribeiro (REP./DF)	Requer seja realizada Audiência Pública para debater o Projeto de Lei 2.021 de 2015 que “condiciona a realização de entrevistas ou exibição de imagens de presos sob custódia do Estado no interior de delegacias ou estabelecimentos prisionais à prévia autorização judicial”.	-	-	CCTCI
Aprovado	<u>REQ 45/2021</u>	Deputado Cleber Verde (REP./MA)	Requer seja realizada Audiência Pública para debater o Projeto de Lei 2.021 de 2015 que “condiciona a realização de entrevistas ou exibição de imagens de presos sob custódia do Estado no interior de delegacias ou estabelecimentos prisionais à prévia autorização judicial”.	-	-	CCTCI
Aprovado	<u>REQ 48/2021</u>	Deputado Bibo Nunes (PSL/RS)	Requer seja realizada Audiência Pública para debater o Projeto de Lei n. 4939, de 2020, de autoria do deputado federal Hugo Leal, que “altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, dispondo sobre as diretrizes do direito da Tecnologia da Informação e as normas de obtenção e admissibilidade de provas digitais na investigação e no processo, além de outras providências.”	-	-	CCTCI
Aprovado	<u>REQ 50/2021</u>	Deputado Rui Falcão (PT/SP)	Requer o aditamento ao Requerimento n. 43/2021 – CCTCI, para inclusão de convidados em audiência pública, para discutir o Projeto de Lei 4939 de 2020, que “Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940” (Dispõe sobre as diretrizes do direito da Tecnologia da Informação e as normas de obtenção e admissibilidade de provas digitais na investigação e no processo, além de outras providências).	-	-	CCTCI

//

**CESP 8045/10 – CÓDIGO DE PROCESSO PENAL | Anexo II, Plenário 02, 09h00**

Realizada reunião técnica da comissão especial para realizar debates sobre o tema “Sentença, recursos e execução da pena em 2ª instância”. Estiveram presentes os seguintes convidados: Walter Nunes Da Silva, Coordenador da Comissão de Reforma do Código de Processo Penal e Representante da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE; José Robalinho, Procurador Regional e Representante da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Daniel Gustavo Bonfim Araújo Da, Representante da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB; Pedro Ivo De Sousa, Representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Eduardo Kassuga, Representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos da União – ANADEF; Julio Melo, Representante do Tribunal de Justiça de Santa Catarina – TJSC; Mayara Lima Tachy, Representante da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos – ANADEP; Elias Miler Da Silva - Representante da Federação Nacional das Entidades de Oficiais Militares PM e CBM – FENEME.



Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF  
Desenvolvido pela Moreira & Gregório Consultoria Política.

Condomínio Privê Morada Sul, Conjunto 17, casa 03 – Lago Sul – (61) 98126-3938  
Rua da República nº 202, Centro Comercial Foz Center, loja 08, Figueira da Foz – Distrito de Coimbra – Portugal – (+351) 91385-7955



**FENAPEF**  
FEDERAÇÃO NACIONAL  
DOS POLICIAIS FEDERAIS

//

### CREDN – RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL | Anexo II, Plenário 09, 09h00

Realizada audiência pública para explanar sobre as prioridades do Ministério da Defesa para o ano de 2021 e outros temas atuais da política de defesa nacional.

Estiveram presentes os convidados General Walter Braga Netto, Ministro de Estado da Defesa; Almirante de Esquadra Almir Garnier Santos, Comandante da Marinha; General de Exército Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, Comandante do Exército; e Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos de Almeida Baptista Junior, Comandante da Aeronáutica.

//

### CCJC – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA | Anexo II, Plenário 01, 09h00

Resultado	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
Retirado de pauta	<u>PL 7885/2014</u>	Deputado Subtenente Gonzaga (PDT/MG)	Altera a Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, para regulamentar a perda de cargo ou função, no caso de tortura praticada por integrante de órgão de segurança pública.	Deputado Coronel Tadeu (PSL/SP)	<u>Favorável com substitutivo</u>	CSPCCO, CCJC
Não deliberado	<u>PL 1596/2019</u>	Deputado Major Vitor Hugo (PSL/GO)	Acrescenta o §3º ao art. 132 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para estabelecer que compete ao oficial de liberdade condicional acompanhar o cumprimento das condições impostas ao beneficiário do instituto do livramento condicional.	Deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL/MG)	<u>Favorável</u>	CCJC
Não deliberado	<u>PL 3705/2019</u>	Deputado Lucas Redecker (PSDB/RS)	Cría o Cadastro Nacional da Persecução Penal – CNPP.	Deputado Kim Kataguirí (DEM/SP)	<u>Favorável</u>	CSPCCO, CCJC

//

### CFT – FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO | Anexo II, Plenário 08, 09h00

Resultado	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
Retirado de pauta, de ofício	<u>PL 6019/2016</u>	Deputado Carlos Bezerra (MDB/MT)	Modifica a Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, para prever a garantia judicial da execução fiscal mediante oferecimento de precatórios.	Deputado Lucas Vergílio (SD/GO)	<u>Favorável</u>	CFT, CCJC

//



**FENAPEF**  
FEDERAÇÃO NACIONAL  
DOS POLICIAIS FEDERAIS

**CDIR – DIRETORA DO SENADO FEDERAL | Anexo II, Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal, 10h00**

Resultado	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
Aprovado	<u>RQS</u> <u>2789/2020</u>	Senador José Serra (PSDB/SP)	Informações ao Ministro de Estado da Economia.	Senador Elmano Férrer (PP/PI)	<u>Favorável</u>	<b>CDIR</b>
Aprovado	<u>RQS</u> <u>1310/2021</u>	Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)	Informações ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.	Senador Weverton (PDT/MA)	<u>Favorável</u>	<b>CDIR</b>

//

**CPI DA PANDEMIA | Anexo II, Plenário 03, 10h00**

Realizada oitiva com o ex-Ministro da Saúde, Nelson Teich.

//

**CINDRA – INTEGRAÇÃO NACIONAL, DES. REGIONAL E DA AMAZÔNIA | Anexo II, Plenário 12, 13h00**

Resultado	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
Aprovado	<u>REQ</u> <u>19/2021</u>	Deputado Airton Faleiro (PT/PA) e outros	Requer a realização de audiência pública para tratar da denúncia feita pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI à Polícia Federal, contra lideranças indígenas; Sônia Guajajara, Almir Suruí, da Articulação dos Povos Indígenas – ABIP e da Associação Metereilá do povo Suruí, sob acusação de difamação do Governo Federal.	-	-	<b>CINDRA</b>

//

**CSPCCO – SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO | Anexo II, Plenário 06, 13h00**

Resultado	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
Retirado de pauta devido à ausência do relator	<u>PL</u> <u>2628/2019</u>	Deputado Heitor Freire (PSL/CE)	Altera o Decreto-lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 - Código de Processo Penal Militar, e a Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, para instituir a necessidade de prova qualificada para a abertura de inquérito policial militar e para instituir processos disciplinares de policiais civis da União e do Distrito Federal.	Deputado Pastor Eurico (PATRI/PE)	<u>Favorável</u> <u>com</u> <u>substitutivo</u>	<b>CSPCCO,</b> <b>CREDN,</b> <b>CCJC</b>



**FENAPEF**  
FEDERAÇÃO NACIONAL  
DOS POLICIAIS FEDERAIS

Aprovado  
REQ de  
retirada de  
pauta

PL  
3585/2019

Deputado  
Coronel  
Tadeu  
(PSL/SP)

Dispõe sobre isenção do Imposto de Renda das Pessoas Físicas - IRPF - para os profissionais de segurança pública elencados no art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil, quando, no desempenho de serviço, sejam atingidos por projéteis disparados.

Deputado Gurgel  
(PSL/RJ)

Favorável

**CSPCCO,**  
CFT, CCJC

//

### CESP 8045/10 – CÓDIGO DE PROCESSO PENAL | Anexo II, Plenário 02, 13h30

Realizada reunião técnica da comissão especial para realizar debates sobre o tema “Medidas cautelares e condução coercitiva”.

Estiveram presentes os seguintes convidados: Danniell Gustavo Bomfim, Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB; Juiz Federal Walter Nunes da Silva, Associação dos Juizes Federais do Brasil - Ajufe; Dr. Pedro Ivo de Sousa, Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - Conamp; Eduardo Kassuga, Associação Nacional dos Defensores Públicos da União - Anadef; Adriano Costa, Associação dos Delegados de Polícia - Adepol-BR; Dr. Allan Montoni Joos, Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos - Anadep; Dr. Edvandar Felix de Paiva, Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal - ADPF; Júlio Melo, Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC; e Gustavo Badaró, Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

//

Quinta-Feira (06/05)

### CESP 8045/10 – CÓDIGO DE PROCESSO PENAL | Anexo II, Plenário 02, 09h00

Realizada reunião técnica da comissão especial para realizar debates sobre o tema “Medidas cautelares e condução coercitiva”.

Estiveram presentes os seguintes convidados: Danniell Gustavo Bomfim, Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB; Juiz Federal Walter Nunes da Silva, Associação dos Juizes Federais do Brasil - Ajufe; Dr. Pedro Ivo de Sousa, Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - Conamp; Eduardo Kassuga, Associação Nacional dos Defensores Públicos da União - Anadef; Adriano Costa, Associação dos Delegados de Polícia - Adepol-BR; Dr. Allan Montoni Joos, Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos - Anadep; Dr. Edvandar Felix de Paiva, Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal - ADPF; Júlio Melo, Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC.

//

### CMULHER – DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER | Anexo II, Plenário 14, 09h00

Resultado	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
Aprovado. A matéria vai à CSPCCO	PL <u>3138/2019</u>	Deputado Denis Bezerra (PSB/CE)	Inserir os §§ 8º e 9º no art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, dispondo sobre o recolhimento e custódia de armas de fogo em poder de agentes e autoridades a que se referem os incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI, que forem indiciados em inquéritos policiais por motivo de violência doméstica contra a mulher, e dá outras providências.	Deputada Aline Gurgel (REP./AP)	<u>Favorável</u> <u>com</u> <u>substitutivo</u>	<b>CMULHER,</b> CSPCCO, CCJC

//



**FENAPEF**  
FEDERAÇÃO NACIONAL  
DOS POLICIAIS FEDERAIS

**CCJC – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA | Anexo II, Plenário 01, 10h00**

Resultado	Proposição	Autor	Descrição	Relator	Parecer	Tramitação
Aprovado	<a href="#">REQ 87/2021</a>	Deputado Luis Miranda (DEM/DF)	Em aditamento ao requerimento nº 6/2021, requer a inclusão de nomes para a audiência pública sobre a PEC 32/20 (Reforma Administrativa).	-	-	<b>CCJC</b>
Aprovado	<a href="#">REQ 108/2021</a>	Deputado Darci de Matos (PSD/SC)	Requer a inclusão de convidado nas Audiências Públicas para discutir a PEC 32/2020 (Reforma Administrativa).	-	-	<b>CCJC</b>
Não deliberado	<a href="#">PL 1596/2019</a>	Deputado Major Vitor Hugo (PSL/GO)	Acrescenta o §3º ao art. 132 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para estabelecer que compete ao oficial de liberdade condicional acompanhar o cumprimento das condições impostas ao beneficiário do instituto do livramento condicional.	Deputado Delegado Marcelo Freitas (PSL/MG)	<u>Favorável</u>	<b>CCJC</b>
Não deliberado	<a href="#">PL 3705/2019</a>	Deputado Lucas Redecker (PSDB/RS)	Cria o Cadastro Nacional da Persecução Penal – CNPP.	Deputado Kim Kataguiri (DEM/SP)	<u>Favorável</u>	CSPCCO, <b>CCJC</b>

//

Sexta-Feira (07/05)

**CCJC - CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA | Anexo II, Plenário 01, 09h00**

Audiência pública para debater a admissibilidade da [PEC 32/2020](#) (Reforma Administrativa).

Estiveram presentes os seguintes convidados: Fabio Faiad Bottini, Analista do Bacen e Presidente Nacional do SINAL - Sindicato Nacional Dos



Funcionários do Banco Central; José Ernane De Souza Brito, Procurador da Fazenda Nacional e Presidente do SINPROFRAZ – Sindicato Nacional dos Procurados da Fazenda Nacional; Marcelo De Azevedo, Vice-Presidente da FENAPRF - Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais; André Luiz Gutierrez, Presidente da COBRAPOL - Confederação Brasileira dos Trabalhadores(as) Policiais Civis; **Luis Antônio De Araujo Boudens, Presidente da FENAPEF - Federação Nacional dos Policiais Federais**; Nazário Nicolau Maia Gonçalves De Faria, Assessor jurídico da FENAFIM - Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais.